

LENTE DE AUMENTO POBREZA: OS EFEITOS DA ESTABILIDADE

O estudo divulgado pela FGV, intitulado *Miséria, desigualdade e estabilidade: o segundo Real*, utiliza os dados da última PNAD para mostrar a continuidade do processo de queda da miséria e aumento da distribuição de renda em 2005.

Em particular, o estudo ressalta que a queda da miséria nos primeiros três anos do governo Lula foi significativa (19,2%) e comparável, nos dados a partir de 1992, somente à queda ocorrida de 1993 a 1995, com a implantação do Plano Real (18,5%).

Há alguns aspectos que diferenciam estes dois períodos. Por exemplo: a renda real *per capita* média cresceu mais com o Plano

Real do que no período Lula - como era de se esperar, já que a queda da inflação foi muito mais drástica e o câmbio era administrado. Entretanto, a desigualdade medida pelo índice de Gini caiu 2,6% no período Lula, o dobro da queda ocorrida com o Plano Real (1,3%).

Com relação à queda de desigualdade no período Lula, é ilustrativo observar a dinâmica da renda domiciliar *per capita* por posição na renda. Em 2004 e 2005, enquanto a renda cresceu 3,1% e 6,6%, respectivamente, o aumento para os 50% mais pobres foi superior a 8% em ambos os anos.

Mas talvez o aspecto mais interessante do estudo tenha sido a constatação de que, em ambos os casos, o aumento da renda média e a queda da miséria e da desigualdade resultaram da diminuição de incertezas associada à maior

estabilidade econômica. No caso do Plano Real, leia-se estabilidade de preços. No caso do governo Lula, estabilidade da política macroeconômica.

Entretanto, repetindo uma frase do estudo, a estabilidade, em si, não garante a conquista do desenvolvimento humano sustentável. São necessários mais choques, já que a miséria e a desigualdade no Brasil ainda são brutais.

No período compreendido entre os choques do Plano Real e do governo Lula, são identificadas duas fases: incerteza crítica em relação a choques externos (1995-2001) e incerteza em relação à situação externa e mudanças em políticas internas (2001-2003). Embora se possa argumentar que muito mais poderia ter sido feito nestes períodos para induzir o crescimento e combater a pobreza, estas incertezas certamente dificultaram qualquer avanço.

Sob este aspecto, o Brasil evoluiu muito nos últimos anos, quando o choque da estabilidade da política macroeconômica fortaleceu a credibilidade das políticas monetária e fiscal e, ainda, aumentou sensivelmente a resistência da economia a vieses externos.

Os choques agora pertencem ao clichê "reformas", que dependem exclusivamente de competência técnica, disposição em derrubar conceitos econômicos ultrapassados e capacidade de articulação política.

COMENTÁRIO DE
GUILHERME MAIA,
DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA
WWW.TENDENCIAS.INF.BR



Sebastião Moreira/AE

● A estabilidade em si não garante a conquista do desenvolvimento sustentável. São necessários mais choques.